



ESTRATÉGIA: UMA ABORDAGEM INTEGRADA DE INTERVENÇÃO

RECUPERAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE PALMELA



**CANDIDATURA DO
MUNICÍPIO DE PALMELA
AO QREN**

ESTRATÉGIA: UMA ABORDAGEM INTEGRADA DE INTERVENÇÃO

A recuperação e a dinamização do Centro Histórico de Palmela enquadram-se num processo dinâmico e coeso que, de forma integrada, tem procurado, paulatinamente, intervir num espaço sensível tanto ao nível do património edificado como ao nível da esfera socioeconómica e das condições de habitabilidade. Apesar dos vários problemas que caracterizam o Centro Histórico de Palmela, a estratégia de intervenção protagonizada pela autarquia e pelos parceiros locais tem procurando satisfazer as necessidades não satisfeitas da população e concomitantemente promover Palmela a partir do seu lugar – génese como uma zona atractiva quer do ponto de vista turístico quer do ponto de vista residencial, com respeito pela sua idiossincrasia e valorização da multifuncionalidade do espaço que integra distintas dimensões, tais como a função residencial, a função económica e a função turística e lazer. A implementação deste Plano de Acção procura potenciar essa abordagem integrada e, assim, contribuir para a capacitação da população e dos agentes económicos, sociais e culturais locais, permitindo-lhes o protagonismo numa acção transformadora sobre o seu território, numa lógica de empowerment, possibilitando que os actores que vivem e trabalham no Centro histórico de Palmela sejam os motores do seu próprio desenvolvimento. Paralelamente, entende-se que o território não se deve 'fechar sobre si mesmo', mas permitir o cruzamento de culturas e vivências dos antigos e novos habitantes, sendo esta uma condição da sua regeneração constante. No fundo, trata-se de gerir um espaço de forma participativa e organizada que se materializa num plano de acção, cuja implementação, apesar de liderada pela autarquia, é da inteira responsabilidade da Parceria Estratégica inspirada no modelo de boa governança.

ÍNDICE

ENQUADRAMENTO	4
1. PRESSUPOSTOS GERAIS DA CANDIDATURA	7
2. O PARADIGMA	8
3. OBJECTIVOS DO PROGRAMA DE ACÇÃO	10
4. PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO	11
5. A PARCERIA LOCAL	13
6. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE ACÇÃO	16
7. MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA DE ACÇÃO	17
8. PLANO DE PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA DE ACÇÃO	18

ENQUADRAMENTO

O Centro Histórico de Palmela encontra os seus limites sobrepostos a uma grande parte da vila de Palmela. A delimitação administrativa acrescentou ao núcleo histórico (a malha urbana de formação mais antiga), uma faixa envolvente, incluindo frentes de crescimento urbano com origem no princípio do século XX, onde se pretendeu abarcar um território que tivesse políticas centradas e integradas de planeamento, gestão e de reabilitação urbanística.

Urdido numa malha secular, o tecido urbano recorta-se na paisagem, com o seu casario e telhados fragmentados, encimado pelo castelo de onde as vistas se estendem para além dos estuários do Sado e do Tejo. O castelo, cuja origem se acredita remontar aos primórdios da ocupação muçulmana na região, por volta do século VIII, teve, pelo importante protectorado que exerceu, um papel fundador do aglomerado urbano. No sopé da actual linha de muralhas, ainda sob ocupação muçulmana, formou-se aquilo que se pode considerar o embrião urbano da vila de Palmela, conhecido por “Arrabalde”. Da tipologia das casas ancestrais preservaram-se alguns exemplos que retêm características arquitectónicas interessantes: a chaminé de prumada de ressalto, molduras de vãos arredondados, a escada de tiro alinhada numa das empenas, ou os telhados de tesouro, por exemplo. O período entre o final do século XIX e início do século XX, trouxe alterações com importante reflexo na imagem do edificado, designadamente pela introdução dos balcões com as varandas de ferro forjado, das platibandas, ou da decoração de algumas fachadas com esgrafitos. No início da segunda metade do século XX iniciou-se um processo de descaracterização profunda, com a edificação de novas construções fracturantes em relação à malha antiga, as quais, sem qualquer critério de integração, assumiram características dissonantes ao nível dos processos construtivos, dos materiais, da escala e dos volumes, embora, também neste período, se descubram algumas “composições” de inspiração modernista, patrimonialmente relevantes.

Na multiplicidade de olhares, diferenciados na diversidade dos objectos e dos pontos de observação escolhidos, é possível, no nosso contexto civilizacional, encontrar importantes denominadores comuns e questões transversais que no seu conjunto ajudam a configurar a complexa problemática dos centros históricos.

A transformação avassaladora das cidades, que se segue à revolução industrial do séc. XIX e perdura até aos dias de hoje, constitui, numa perspectiva histórica, um facto novo, dos nossos tempos, e será, eventualmente, uma explicação para a ênfase que agora se coloca na discussão sobre a preservação e revitalização dos centros históricos.

A cidade milenar, de mudança quase sempre branda, paulatina, onde a memória assumia uma função geométrica, alinhando no tempo a direcção que seguimos (de onde viemos, onde estamos, para onde vamos), deu lugar à cidade que se transfigura abruptamente, onde se perde o rasto e a identidade. As pontes que os espaços urbanos suscitavam, ligando gerações num património comum, começam a estar progressivamente em causa. Não é a mudança, a transformação, que corrói a cidade. Esta acompanha-a desde o princípio dos tempos; faz parte da cidade, da sua essência. É a voracidade da mudança. É a ruptura com a perspectiva do tempo na formação da cidade. As mudanças operam-se agora em dimensão e velocidade nunca antes vista, de forma intra-geracional.

Importantes testemunhos patrimoniais daqueloutra cidade, antiga, diacrónica, têm, apesar de tudo, resistido, evocados e resgatados em penhor de uma memória afectiva e redentora. Este sentimento colectivo, de necessidade de evocação e de preservação, será um bálsamo e um contra-peso para a voracidade. Será também, suspeito, a âncora de quem, perdendo o leme, receia navegar para parte incerta. A nossa visão do património, quer falemos de edificações, conjuntos urbanos ou até de cidades no seu todo, é seguramente condicionada por este atributo afectivo da nossa memória e também pela necessidade de nos centrarmos no curso do tempo, de nortear o futuro. À complexidade das questões suscitadas tem-se frequentemente contraposto, contraditoriamente, respostas simplificadas, redutoras, nalguns casos limitando mesmo o património a uma expressão museológica ou meramente iconográfica. As exigências da modernidade, no que diz respeito aos parâmetros funcionais e de conforto dos edifícios e dos espaços colectivos, aos seus requisitos ambientais e infraestruturais, aos problemas da acessibilidade e da mobilidade, “confrontam-se” com a cidade antiga, moldada noutros tempos e por outras vontades, tornando-se muito difícil, sob uma intensa pressão demográfica, conciliar estas tensões divergentes. A conflitualidade latente, a consequente migração e segregação de funções essenciais, o amortecimento da actividade económica, a recessão demográfica e o envelhecimento da população, são sintomas recorrentes da “desvitalização” da cidade antiga, que também contribuem para a acelerada degradação física dos edifícios e espaços urbanos.

O centro histórico da vila de Palmela, assente num contexto geográfico e morfológico específico, tem um carácter singular naturalmente reflexo dum tecido que foi cerzido com circunstâncias e factos únicos, muito marcado num passado distante pela sua importância estratégico / militar, tal como hoje é decisivamente influenciado pelo seu enquadramento na área metropolitana de Lisboa.

No enfraquecimento do sistema urbano, - que se manifesta de forma mais evidente numa forte recessão demográfica, com perda e envelhecimento da população, e na debilidade crescente das actividades económicas e dos serviços, em contra-ciclo com a freguesia e o concelho de Palmela -, podemos encontrar alguns factores preponderantes que não podem ser descurados em qualquer política ou estratégia de revitalização urbana. Podemos falar da questão central da mobilidade, dos constrangimentos à circulação rodoviária, em ruas estreitas e sinuosas, da indisponibilidade de espaços para o estacionamento de proximidade ou da difícil circulação pedonal, onerada por uma topografia agreste; podemos falar de um parque edificado que se distancia progressivamente dos parâmetros e critérios de conforto, higiene e segurança, cada vez mais exigentes, pensados e regulamentados em função das novas realidades urbanas; podemos falar de infra-estruturas e espaços públicos degradados fisicamente, sem condições para servir a população residente ou suportar uma oferta turística de qualidade; podemos falar da concorrência das novas áreas urbanizáveis; podemos falar da dificuldade de promover a salvaguarda e valorização do património, de recuperar e reabilitar construções antigas, contendo as intervenções fracturantes e os mimetismos anacrónicos. As respostas, múltiplas, devem ser articuladas, coerentes entre si, e servir uma visão estratégica de reabilitação urbana.

Esta especificidade dos centros históricos, no contexto das áreas urbanas, é uma questão incontornável e coloca-nos o imperativo de diferenciar, de forma adequada, as medidas que lhes digam respeito, seja no quadro da regulamentação da edificação e das actividades que aí se instalam, seja em políticas de suporte e incentivo que descriminem positivamente a reabilitação dos edifícios e, primordialmente, a sua conservação preventiva.

Por outro lado, é essencial olhar para o centro histórico como um tecido vivo, complexo na diversidade de gentes e funções que acolhe, cuja preservação não pode ser meramente iconográfica e não se deverá restringir a conceitos mono funcionais, (a “conversão” ao turismo,

por exemplo), independentemente da enorme importância de capitalizar os traços distintivos do seu património, quer como recurso turístico, quer no plano formativo e cultural.

Em Palmela, não perdendo nunca de vista essa diversidade de funções, a vocação residencial assume a primazia. Nesta perspectiva, não desmerecendo a importância do investimento nas áreas de responsabilidade directa do Município: infra-estruturas, edifícios e espaços públicos, será imprescindível tornar prioritária a intervenção no tecido edificado privado, criando condições de discriminação positiva que permitam incentivar e dinamizar a acção dos particulares, enfrentando-se o baixo rendimento económico dos edifícios antigos que, em muitos casos, não permite amortizar os respectivos custos de conservação. Procurando fazê-lo também com programas municipais, complementares de programas de âmbito nacional, que promovam o apoio técnico à conservação e reabilitação de edifícios e financiem a recuperação de técnicas construtivas tradicionais, e exigindo-se junto dos órgãos legislativos competentes a reconfiguração dos instrumentos legais existentes para a reabilitação urbana, de acordo com a realidade plural dos centros históricos do nosso país e não centrados, como até aqui, nas realidades concretas de Lisboa e do Porto.

A urgência na criação e implementação das políticas e medidas de que falamos tem que ser assumida, tornando-se uma das prioridades no contexto global da governação do País e das Cidades. Corremos o risco, se não agirmos sem delongas, que a inacção e o tempo nos “resolvam” o problema dos centros históricos e do património da forma menos desejada, drástica e irreversível.

1. PRESSUPOSTOS GERAIS DA CANDIDATURA

O Programa de Acção (PA) “Recuperação e Dinamização do Centro Histórico de Palmela”, candidatura ao Regulamento Específico *Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana*, no âmbito do Programa Operacional Regional de Lisboa, vai ao encontro do eixo estratégico Coesão Social daquele Programa Operacional Regional do QREN, na medida em que protagoniza uma intervenção socio-urbanística, assente numa estratégia de intervenção que abrange vários domínios, designadamente a reabilitação do espaço público, o aumento de equipamentos e redes culturais e sociais, a dinamização económicas - promovendo o

empreendedorismo, apoiada pelos diferentes sectores da administração pública e ancorada nos diversos locais. Trata-se de uma abordagem que procura assegurar a qualificação do território, traduzida nos ganhos ambientais, na cidadania e boa governança, no ordenamento do espaço e na aquisição de competências diversificadas, de forma a prevenir riscos e melhorar a conectividade do espaço (interna e externamente), reforçando o sistema urbano, quer em termos da melhoria das condições de vida quer em termos de competitividade e modelos de desenvolvimento.

O Centro Histórico de Palmela (CHP), enquanto espaço multifuncional que conjuga a vivência quotidiana dos seus habitantes com os interesses dos visitantes e turistas – apesar dos problemas já mencionados – apresenta um leque diversificado de potencialidades e oportunidades, onde sobressai o seu vasto e riquíssimo património cultural e patrimonial, que no seu conjunto o torna um pólo privilegiado de atracção turística à escala internacional.

Liderado pela Câmara Municipal de Palmela, o PA é o resultado de um trabalho de parceria que envolveu diferentes agentes com intervenção no Centro Histórico e que se consubstancia num Plano de Acção – conjunto de projectos da responsabilidade dos diferentes parceiros (a desenvolver ao longo de três anos - entre Junho de 2009 e Maio de 2012), associado à estratégia aqui apresentada, tendo como suporte técnico e de orientação o diagnóstico aprofundado da zona de intervenção.

2. O PARADIGMA

Palmela oferece, comparativamente a vários exemplos de recuperação de zonas urbanas integradas em centros históricos, algumas idiossincrasias que tornam esta intervenção simultaneamente um desafio complexo e apaixonante. O Centro Histórico de Palmela continua a ser um lugar central, relativamente ao concelho e à zona metropolitana de Lisboa – como pólo secundário face à capital e potenciador de dinâmicas e conexões territoriais geradoras de desenvolvimento – que urge reabilitar evitando uma mera intervenção temática vocacionada para o turismo de massas mas como um espaço urbano “com vida” capaz de satisfazer as necessidades não satisfeitas dos seus habitantes, em harmonia com outras funcionalidades, nomeadamente a turística para a qual está habilitado. Neste sentido, é premente pensar o

território e utilizar os instrumentos de Planeamento disponíveis para dar corpo a modelos sustentáveis de desenvolvimento, evitando lógicas pouco consistentes de animação meramente turística, focalizando a actuação no aproveitamento das suas potencialidades e criando condições de manutenção da sua estrutura espacial e dos seus elementos que lhe conferem identidade.

Assim, e tendo em conta o novo ciclo que se inicia com o Programa de Acção, em matéria de renovação urbana de um centro histórico que se quer emblemático e exemplo de boas práticas de intervenção, é proposto um Paradigma assente nas seguintes premissas:

- Um lugar onde se vive e trabalha
- Espaço de encontro de gerações
- Um lugar bonito com qualidade de vida
- Edifícios recuperados de forma energeticamente sustentável
- Zona de comércio e serviços de qualidade
- Exemplo de mobilidade e acessibilidade
- Ponto de encontro de cultura
- Lugar criativo e de inovação
- Espaço de conhecimento e saberes
- Convívio entre tradição e modernidade
- Lugar atractivo para moradores e Visitantes
- Pólo de excelência turística

Em certa medida, este paradigma defende a utopia, não enquanto uma fantasia e/ou um local imaginado onde tudo está superiormente organizado, mas como um projecto de boa governança, procurando contribuir para a melhoria das condições de vida dos seus habitantes, num espaço multifuncional que a partir do seu passado projecta no futuro.

3. OBJECTIVOS DO PROGRAMA DE ACÇÃO

Tal como já referido anteriormente, face à complexidade do espaço e da consequente intervenção, e de forma a tornar esta abordagem o mais operacional possível – aproximando o Paradigma criado da realidade vivencial, torna-se necessário definir os objectivos que norteiem o Plano de Acção¹, enquanto instrumento de corporização do modelo e sirvam de elementos facilitadores da implementação da estratégia.

Desta forma, consideraram-se como objectivos do Programa de Acção, as intenções que melhor contribuem para obtenção dos resultados pretendidos e que se consubstanciam em onze finalidades:

1. Qualificar a paisagem e ambiente urbanos;
2. Revitalizar o tecido sócio – económico e a cultura locais;
3. Recuperar o património edificado, redefinindo a funcionalidade dos edifícios e dos espaços públicos;
4. Melhorar a qualidade de vida da população em matéria de habitação, acessibilidades, infra-estruturas e Tecnologias de Informação e Comunicação;
5. Fixar a população e reforçar a atractividade residencial;
6. Promover factores de desenvolvimento social em matéria de inclusão, emprego, igualdade de oportunidades e prevenção de comportamentos anti-sociais;
7. Fomentar a adopção de boas práticas em termos ambientais e de eficiência energética;
8. Promover a participação dos cidadãos nas formas de governação;
9. Fortalecer a identidade local e o sentimento de pertença;
10. Reforçar a atractividade e o investimento turístico;
11. Tornar o Centro Histórico um pólo de atracção turística a nível internacional.

Apesar de ambiciosos face ao investimento disponível, estes objectivos reflectem o diagnóstico realizado na zona de intervenção permitindo projectar uma intervenção a médio e longo prazo, que não se esgota nesta candidatura, como forma de assegurar a durabilidade e sustentabilidade da intervenção.

¹ Vide documento em anexo

4. PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

Palmela ocupa uma posição estratégica na AML que resulta da proximidade com a Capital, das boas acessibilidades que ligam o território ao país e ao mundo e dos novos investimentos previstos para a região, designadamente a construção do novo Aeroporto de Lisboa, a Plataforma Logística do Poceirão, a Rede de Alta Velocidade e a Terceira Travessia sobre o Tejo.

Considerando a actual conjuntura económica e social mundial, de acordo com o fenómeno da globalização, as rápidas mutações sócio-económicas e os seus impactos nas regiões, a recuperação e a dinamização do Centro Histórico de Palmela é, do ponto de vista do desenvolvimento do território, um instrumento fundamental que pode contribuir quer para o desenvolvimento do Concelho e da Península de Setúbal, em particular quer para o desenvolvimento da Região de Lisboa e do País, em geral.

Neste sentido, face aos objectivos traçados e às externalidades que podem condicionar o desenvolvimento global do modelo desenhado, a estratégia de intervenção deverá pautar-se por princípios de actuação com vista à potenciação do Plano de Acção, garantia de qualidade das intervenções realizadas e da sustentabilidade do projecto do Programa. Como, como matéria constitutiva, a estratégia de intervenção deve integrar:

- Concepção e implementação de um plano de acção plurianual e integrado que articula de forma equilibrada as dimensões física, ambiental, económica, social e cultural;
- Criação de um modelo de gestão espacial alicerçado na cidadania activa e boas práticas de governança; com base na experiência municipal de gestão pública participada, onde se destaca o projecto Orçamento Participativo, as semanas das freguesias e os fóruns temáticos;
- Articulação com outros projectos/programas, designadamente:
 - FIMOC – Financiamento municipal de obras de conservação em imóveis
 - Porta 65
 - MODCOM
 - REDE SOCIAL

- Plano Local de Promoção de Acessibilidades (Projecto da CMP financiado pelo POPH)
- EIXO 3 DO PRODER (ADREPES)
- PIT – Turismo de Portugal
- IC – Energia – Inteligente Europa (EIE)
- POR LISBOA
 - RE_EQUIPAMENTOS CULTURAIIS
 - RE – MOBILIDADE TERRITORIAL
 - RE – ENERGIA
 - SISTEMA DE INCENTIVOS
- Reforço da multifuncionalidade do espaço através da valorização das suas diferentes dimensões: residencial, comercial e cultural e lazer;
- Promoção do Centro Histórico como elemento aglutinador e difusor da actividade turística no concelho e na Península de Setúbal;
- Criação da Marca “Centro Histórico de Palmela” e sua integração na Região Lisboa como pólo turístico de interesse internacional, através dos seguintes elementos-chave:
 - Património classificado
 - Três monumentos nacionais (Castelo, Igreja de Santiago e Pelourinho)
 - Um monumento de valor concelhio (Capela de S. João)
 - Dois monumentos de interesse municipal (Chafariz D. Maria I e antigo Hospital da Misericórdia)
 - Um monumento de interesse municipal em vias de classificação (Igreja da Misericórdia)
 - Projecto intermunicipal “Rota dos Castelos”
 - Imagens de marca
 - Palmela Sede Multi-secular da Ordem de Santiago
 - Palmela Capital da Vinha e do Vinho
 - Palmela Palco das Artes de Rua
 - “Arrábida”

5. A PARCERIA LOCAL

A Recuperação e Dinamização do Centro Histórico de Palmela, enquanto modelo territorial resultante de um Diagnóstico Global que integra análises e levantamentos sectoriais, requer um planeamento e intervenção conjuntos, envolvendo todos os actores locais. A parceria nasce, assim, desde o primeiro momento², consolidando-se com o próprio processo de construção do Programa e a partir do qual se identificaram dois tipos de parceiros:

1. Beneficiários do Plano de Acção³ – ou seja, promotores de projectos, que a par da Câmara Municipal se responsabilizam pela promoção e/ou desenvolvimento das operações, distribuindo o financiamento entre si,
2. Parceiros Estratégicos - ou seja, outro tipo de parceiros que possam contribuir para a implementação do PA através de contribuições técnico-científicas, apoio logístico, apoio financeiro no âmbito da contrapartida nacional e/ou outro tipo de apoio, considerado legal e estratégico no quadro da candidatura.

No que diz ao respeito ao primeiro tipo de parceiros, foram identificados, incluindo a Câmara Municipal (líder da candidatura) 15 parceiros, com os quais se estabeleceu um protocolo de Parceria Local⁴, a saber:

1. Câmara Municipal de Palmela
2. Junta de Freguesia de Palmela
3. Santa Casa da Misericórdia de Palmela
4. Fundação Robert kalley
5. O Bando
6. Centro Social de Palmela
7. Associação de Idosos de Palmela
8. Fiar
9. Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros”
10. Sociedade Filarmónica Humanitária

² vide documento Plano de Acção

³ O tipo de beneficiários está de acordo com o disposto no artigo 10º do REPRU

⁴ Vide documento PROTOCOLO DE PARCERIA LOCAL

11. Confraria Gastronómica de Palmela
12. Associação de Comércio e Serviços de Setúbal
13. Associação de Escoteiros de Palmela – grupo 40
14. AJITAR
15. Associação da Rota dos Vinhos da Península de Setúbal/Costa Azul

Ao nível dos parceiros estratégicos, foram identificadas 11 entidades, com as quais se estabeleceram parcerias individuais, através de declarações de compromisso⁵, de acordo com as suas competências, com excepção da Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo e do IGESPAR. – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico que assinaram um protocolo conjunto com o Município.

1. Ministério da Cultura – DRCLVT – Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do tejo
2. IGESPAR. – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico
3. ADREPES – Associação de Desenvolvimento rural da Península de Setúbal
4. AECOPAL – Associação de Empresários da Construção Civil do concelho de Palmela
5. ENA – Agência de Energia da Arrábida
6. IEFP – Centro de Formação Profissional de Setúbal
7. CENFIC – Centro de Formação Profissional da Construção Civil e Obras Públicas do Sul
8. IPS – Instituto Politécnico de Setúbal
9. FA – Faculdade de Arquitectura da UTL
10. BES – Banco Espírito Santo
11. CCA – Caixa de Crédito Agrícola

Cada um destes parceiros, revela-se um elemento fundamental para a concretização do PA, dado que no seu conjunto, permitem consolidar a estratégia, apoiar a implementação, concretização e divulgação do Plano de Acção, garantindo a abordagem integrada da intervenção e a sustentabilidade do modelo.

Para além dos parceiros em cima mencionados, a PL prevê o seu alargamento a novos parceiros constituindo-se como uma rede animada que envolve diferentes competências e

⁵ Vide Declarações de Parcerias individuais e Protocolo entre a CMP, o MC e o IGESPAR

espelha diferentes realidades, fortalecendo e potencializado o espaço a partir da ligação desses nós que constituem as diferentes personalidades institucionais.

É nesta lógica de juntar vontades e partilhar objectivos comuns, a partir de experiências e olhares diferenciadores que a animação da parceria se justifica, pois a rede, embora existindo por si mesmo, só se reforça e se torna válido face aos objectivos a que se propõe se consolidar e potenciar sua envergadura. Neste sentido, através deste projecto, pretende-se dinamizar um conjunto de actividades⁶, que ao longo da execução do Programa, irão contribuir para criar e reforçar as competências locais, fortalecer o trabalho em rede e criar hábitos de partilha, promover o *empowerment* e formas de boa governação e tornar mais eficiente e eficaz a abordagem de intervenção definida para a recuperação e dinamização do centro histórico de Palmela.

Como actividades a desenvolver identifica-se as seguintes:

- Organização de encontros de parceiros, numa lógica de acompanhamento e avaliação do Programa, da Unidade de Direcção do GIL,
- Realização de workshops temáticos,
- Participação em acções de informação e outras de carácter formativo;
- Visitas de estudo/troca de experiências com outros centros históricos, programas de recuperação e dinamização urbanística em território nacional e no exterior
- Promoção de actividades entre os diferentes parceiros, complementando e potenciado o Plano de Acção;
- Organização de grupos de trabalho temáticos que contribuam para fortalecer a estratégia de intervenção e o surgimento de novos projectos e acções;
- Participação em eventos de natureza diversa (conferências, feiras temáticas, etc.) no país e no exterior.

⁶ Vide P9

6. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE ACÇÃO

O Programa de Acção será garantido através da Unidade de Direcção (UD), órgão de gestão eleito no seio da Parceria Local (PL) que funcionará como assembleia-geral/conselho consultivo.

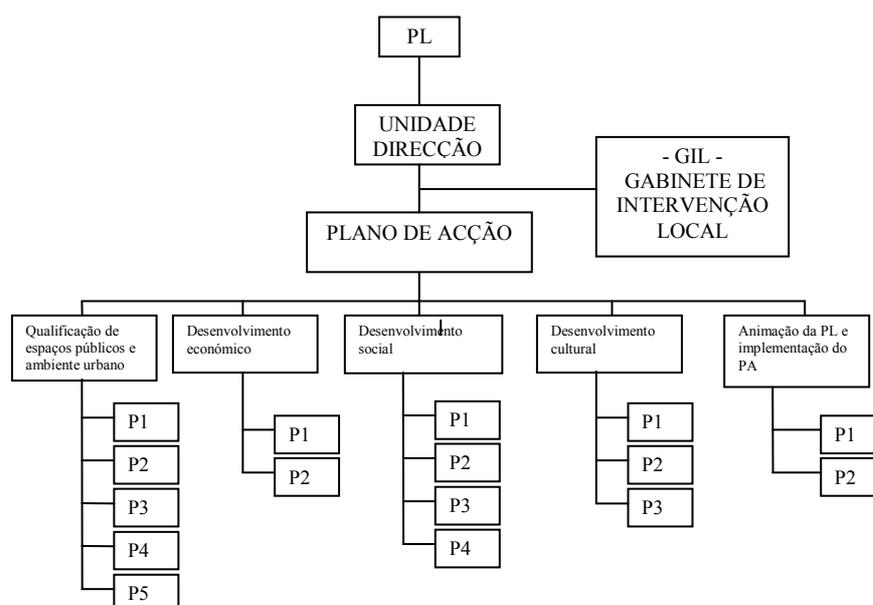
A Unidade de Direcção será constituída por cinco elementos, a saber:

- Câmara Municipal de Palmela
- Junta de Freguesia de Palmela
- Um representante de cada dimensão económica do PA
- Um representante de cada dimensão social do PA
- Um representante de cada dimensão cultural do PA

Estes três últimos elementos serão eleitos entre os seus pares e funcionarão em regime de rotatividade durante um período de um ano.

A Unidade de Direcção será assessorada por uma Estrutura de Apoio Técnico em forma de Gabinete de Intervenção Local (GIL)⁷, o qual, legitimado pela Unidade de Direcção e Parceria Local assumirá, igualmente, competências de operacionalização e representação da parceria.

Fig. 1. Organigrama do Programa de Acção



⁷ Vide P38

O GIL funcionará em estreita articulação com o Gabinete de Recuperação do Centro Histórico da CMP e será responsável pela animação da Parceria Local – a partir das orientações da Unidade de Direcção, assim como pela dinamização e promoção do Plano de Acção.

Para além do apoio directo à Unidade de Direcção, o GIL terá como funções apoiar os beneficiários de projecto na preparação dos seus dossiers de candidatura e nos pedidos de pagamento; manter actualizado o quadro de execução física e financeira do Programa de Acção, elaborar relatórios de execução física e executar o programa de comunicação e divulgação.

Sendo a parte operacional da Unidade de Direcção do Programa de Acção, assumirá também as funções inerentes à coordenação do Programa, nomeadamente no que diz respeito ao controlo e cumprimento das responsabilidades dos diversos parceiros assumidas no protocolo; alargamento da parceria; animação da parceria local; procura de complementaridades e soluções inovadoras para potenciar os resultados do projecto; procura de soluções potenciadoras de sustentabilidade do Plano de Acção, monitorização do Programa e representação da Parceria Local e da Unidade de direcção sempre que considerado necessário.

O GIL ficará instalado no Centro Histórico e será constituído por três elementos a tempo inteiro: um coordenador, um técnico superior com competências de gestão e animação de projectos de desenvolvimento local e um assistente técnico.

7. MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA DE ACÇÃO

Para acompanhamento e monitorização do Programa de Acção será elaborado um estatuto de referência com base no REPRU e no Protocolo de Parceria Local, prevendo-se igualmente a criação de uma carta de qualidade com vista à regulação das intervenções e manutenção dos processos de renovação no território (carta de compromisso de cidadania).

A monitorização implica igualmente o desenho e implementação de um sistema de avaliação contínuo, que se baseia também no próprio acompanhamento do PA, sendo necessário para tal criar um dispositivo de avaliação quer ao nível da execução do programa quer ao nível dos seus impactos no território.

O sistema de avaliação inspira-se no modelo *logical framework*, com adaptação portuguesa MEL – Matriz de Enquadramento Lógico, o qual permite através duma análise de resultados por ciclos de objectivos, avaliar os desvios ocorridos face aos objectivos propostos, permitindo introduzir e/ou sugerir as melhorias consideradas convenientes.

Trata-se de um sistema participativo, que implica a auto-avaliação e a hetero-avaliação, sendo necessário recorrer a vários estudos, envolvendo os beneficiários do Plano de Acção, os destinatários das operações, os parceiros estratégicos, a comunidade de uma forma geral e outros interlocutores-chave que possam contribuir para a formação da opinião pública.

8. PLANO DE PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA DE ACÇÃO

O desenvolvimento territorial integra acções de planificação, comunicação e reflexão estratégicas com vista a promover o lugar tanto numa perspectiva de atracção e fixação de pessoas e de riqueza como numa perspectiva de gestão de processos de envolvimento dos agentes socioeconómicos locais na promoção do território. Estas duas abordagens de intervenção, complementares, podem e devem gerar empreendedorismo e qualificação de recursos humanos, em torno de eixos estratégicos identitários do espaço.

No caso da Vila de Palmela, o Castelo e a Ordem de Santiago estiveram na génese da actual malha urbana que constitui hoje o centro histórico, com uma arquitectura com alguns traços medievais, típica de território marcado pelas necessidades defensivas, mas que evoluiu séculos fora dando origem a residências de alta burguesia de raiz fundiária, para a qual o vinho é uma produção local de excelência e de enriquecimento. Por outro lado, as artes de rua, bem como o comércio tradicional ainda existente, marcam a geografia e os tempos de lazer e de trabalho, numa terra onde o turismo nas suas vertentes suaves se reflecte na dimensão mais humanizada e calma da vivência urbana.

É neste sentido que se pretende promover e conceber uma campanha nacional e internacional de promoção e divulgação do Programa de Acção que sirva, simultaneamente, para criar, numa

lógica de marketing territorial, a marca “Centro Histórico de Palmela”, através da prossecução dos seguintes objectivos:

- Promover o Centro Histórico de Palmela junto de empresários jovens e dinâmicos, interessados em desenvolver novas iniciativas empreendedoras e de animação, recorrendo ao casamento entre tradição e modernidade, sem descaracterizar o ambiente local;
- Promover o CHP junto de operadores turísticos regionais, nacionais e internacionais, tendo por base os produtos gastronómicos e o Património Histórico Edificado, designadamente os seus três monumentos nacionais (Castelo, Igreja de Santiago e Pelourinho);
- Divulgar Palmela como Terra da Ordem de Santiago, ligando-a a outros municípios como um património histórico-cultural afim, fomentando a promoção do conhecimento acerca da história da Ordens Militares;
- Promover Palmela como Capital do Vinha e do Vinho;
- Consolidar Palmela como palco internacional das Artes de Rua;
- Integrar turisticamente Palmela e a marca “Centro Histórico de Palmela”, na Península de Setúbal e na marca “Arrábida”;
- Contribuir para a valorização da região de Lisboa, promovendo a sua região no exterior e potenciando o turismo de proximidade;
- Promover o Centro histórico como um espaço residencial privilegiado;
- Promover Palmela como centro criativo.

Como principais acções da estratégia de marketing, identificam-se:

- Fortalecimento da imagem do centro histórico associada à Ordem de Santiago, promovendo de forma mais eficaz e dirigida a realização anual dos Cursos e Encontros sobre Ordens militares que já se realizam há 20 anos;
- Promoção do FIAR – Festival Internacional de Artes, trazendo novos talentos e divulgando o evento de forma integrada e direccionada para outros públicos nacionais e internacionais;
- Promoção turística da Festa das Vindimas;
- Criação de circuitos de turismo cultural de exploração territorial do património construído das Ordens Militares e do património edificado em geral;

- Valorização dos espaços privilegiados de observação da paisagem a partir da ligação dos miradouros do Centro Histórico;
- Consolidação dos circuitos de exploração de enoturismo local, designadamente às antigas adegas e sua ligação à região, aliando-os a outros produtos gastronómicos;
- Promoção do conceito “centro comercial a céu aberto”, ligando o comércio e a restauração com base numa imagem de qualidade;
- Promoção de valores/práticas arquitectónicas de qualidade no CHP – exemplos de obras de recuperação e qualificação do espaço público e do parque habitacional; valorização de técnicas tradicionais e do azulejo, etc.,
- Promoção do castelo de Palmela como monumento – chave na região e sua ligação com o território, nomeadamente ao nível de rotas turísticas ligadas ao património natural e cultural;
- Oferta de um espaço de monumentalidade reconhecida com base nos três monumentos nacionais: Castelo, Igreja de Santiago e Pelourinho, integrado num casco urbano de grandioso interesse arquitectónico e elevado valor cénico e paisagístico;
- Divulgação do Programa de Acção como exemplo de boas práticas de recuperação e dinamização de espaços urbanos integrados em centros históricos;
- Associação de uma imagem de qualidade à marca “Centro Histórico de Palmela”.

Como principais Suportes de Marketing, salientam-se entre outros:

- Criação da imagem de marca “centro histórico de Palmela”;
- Carta de qualidade e logo associada a lojas, produtos e iniciativas relacionadas com o programa de Acção e o Centro Histórico;
- Pequenos filmes promocionais (para TV e cinema) e *spots* radiofónicos;
- Campanhas promocionais de eventos/iniciativas específicas (FIAR, festa das Vindimas, Encontros da Ordem de Santiago);
- Publicidade em revistas, *outdoors* e outros meios de comunicação;
- Portal com tratamento gráfico associado ao *website* do município dedicado a divulgar toda a acção que ocorre no CHP - levantamento tridimensional do Centro histórico e do programa de acção e sua articulação com o SIG, contemplando quer a perspectiva técnica da sua utilização e quer a perspectiva lúdica e turística;

- Roteiros turísticos e guias de exploração do centro Histórico (*road books*);
- *Merchandizing*;
- Conferência internacional para divulgação dos resultados e boas práticas.

Aliar a qualidade dos produtos tradicionais da região e do concelho – vinho, queijo, pão e outras especialidades gastronómicas – ao empreendedorismo juvenil, a uma prática do contacto inter-operacional capaz de criar uma solidariedade social plena, à qualidade da paisagem urbana, à salvaguarda e ao usufruto dos Patrimónios Histórico Edificado e Natural e à dinâmica cultural intensa são processos que definem a marca “Centro Histórico de Palmela”, na qual a excelência das relações sociais e da qualidade de vida são a meta a atingir, num caminho que é construído colectivamente.